



A CONSTRUÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL

Mariano, Giovanna ; Moraes, Renato.

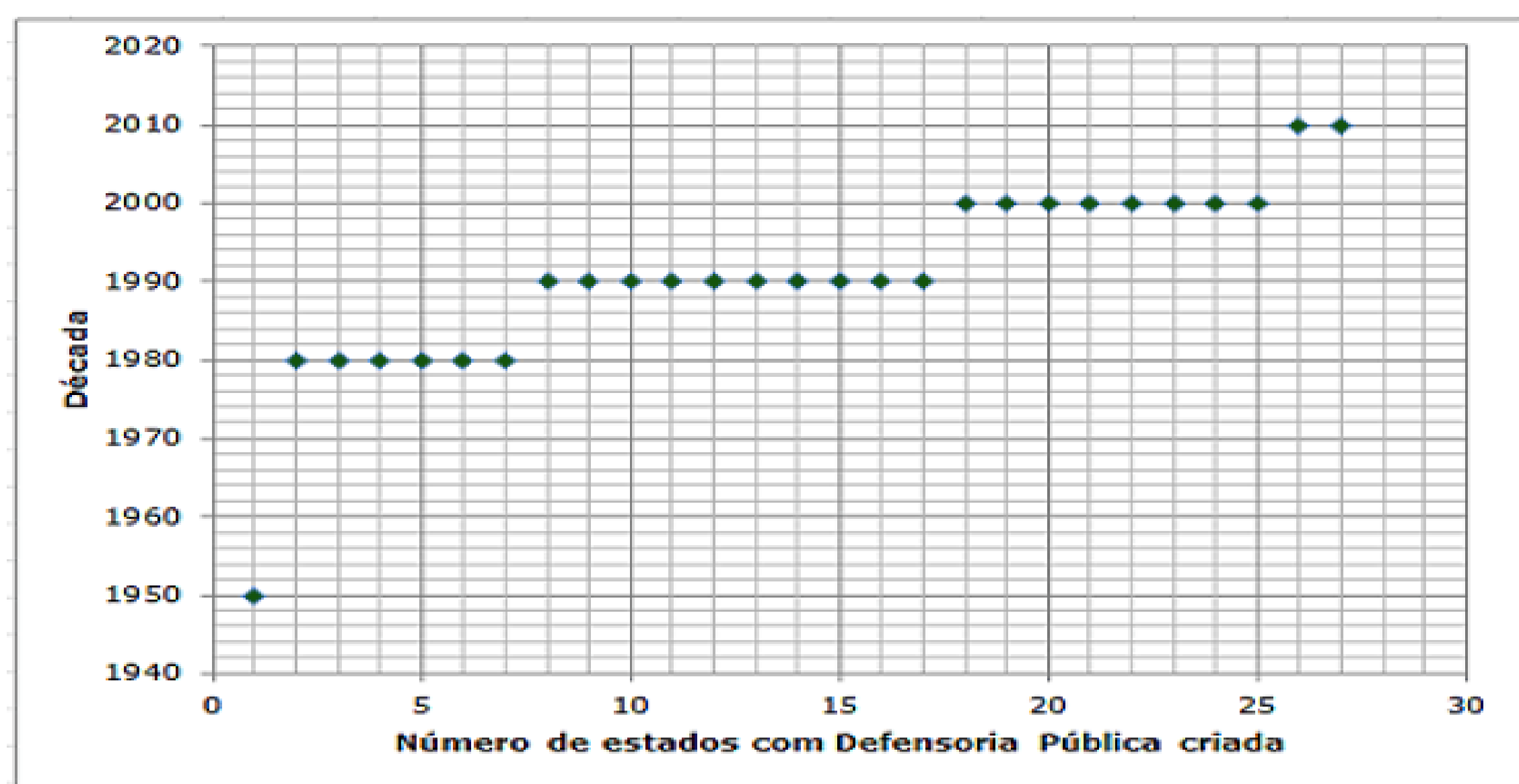
giovanna.marianosilva@gmail.com

*Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas,
Universidade Federal de São Carlos.*

• Objeto e Objetivos

Este trabalho diz respeito ao primeiro capítulo da monografia para conclusão de curso em Ciências Sociais. O objetivo é trazer a Defensoria Pública para discussão, traçando sua trajetória histórica, definindo conceitos como assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita. Além disso, o enfoque do trabalho é direcionado à Defensoria de São Paulo, criada em 2006 através de mobilização social. A demora na criação de Defensorias pelos estados brasileiros é demonstrada através de um gráfico obtido pelo site do IPEA.

Gráfico 1 - Criação das Defensorias Públicas no Brasil: uma cronologia



Fonte: III Diagnóstico Defensoria Pública no Brasil/MJ e Leis Orgânicas das Defensorias Públicas de Goiás, Paraná e Santa Catarina.

• Metodologia

Através de revisões bibliográficas e análises de dados fornecidos, principalmente, pelos sites do IPEA e da Defensoria Pública de São Paulo e da União. Um estudo a partir das Constituições brasileiras também foi desenvolvido, com o objetivo de analisar como o conceito de justiça gratuita se desenvolveu, até o ápice da Constituição de 1988, quando define-se por lei a obrigatoriedade da União de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

• Resultado e Conclusões

Por se tratar de um trabalho em desenvolvimento, as conclusões encontradas são preliminares. Apesar da ideia de justiça gratuita constar de 1603, o que se observa é que a consolidação da Defensoria Pública no Brasil, embora garantida por lei, foi obtida muitas vezes através de manifestações sociais, que foram responsáveis por pressionar governos, expandindo a consciência do acesso à justiça. Além disso, existe uma defasagem dentro dos estados na criação de Defensorias municipais, o que impede que as pessoas possam buscar atendimento jurídico. Graças à Constituição, a Defensoria Pública adquire cada vez mais importância para as políticas de acesso à justiça, mesmo com dificuldades de consolidação dentro dos estados.

Figura 1: Símbolos de mobilização social em favor da Defensoria Pública no Brasil



• Referências Bibliográficas

1. **SÓRIA, T. M.**, 2011. Assistência jurídica integral e justiça gratuita nos conflitos individuais do trabalho. Dissertação de Mestrado. *Universidade de São Paulo*. São Paulo. Brasil.
2. <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/a-defensoria-publica>
3. <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/III%20Diagn%C3%B3stico%20Defensoria%20P%C3%BAblica%20no%20Brasil.pdf>